## PROJETO DE LEI N° DE 2024

(Do Sr. Gilberto Silva)

Revoga o parágrafo único do artigo 175, do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, e acrescenta os parágrafos 1° a 4° para qualificar o crime de violência contra inferior hierárquico.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° - Fica revogado o parágrafo único do artigo 175 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar.

Art. 2º - O artigo 175 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar, passa a viger acrescido dos seguintes parágrafos:

" Violênc	ia contra	inferior	hierárquico
-----------	-----------	----------	-------------

Art.	17	75																		

## Formas qualificadas

- 1º Se a violência é praticada com arma, a pena é aumentada de um terço.
- § 2º Se da violência resulta lesão corporal, aplica-se, além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.
- § 3° Se da violência resulta morte:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

- § 4º A pena é aumentada da sexta parte, se o crime ocorre em serviço."
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





## JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei tem por objetivo instituir as formas qualificadas do crime de violência contra inferior hierárquico.

De maneira concisa, quando o superior hierárquico utilizar da sua condição para, livre e conscientemente, praticar agressão física contra o subordinado, restará caracterizado o tipo penal de violência contra inferior hierárquico.

Atualmente, enquanto o crime de violência contra superior, descrito no artigo 157 do Código Penal Militar, descreve as formas qualificadas do crime. O crime de violência contra inferior hierárquico, descrito no artigo 175 do mesmo código, é tipificado apenas de forma simples e genérica.

O princípio da dignidade humana reconhece o valor intrínseco de cada indivíduo e estabelece que todas as pessoas devem ser tratadas com respeito, igualdade e liberdade. Ele orienta a proteção dos direitos humanos e busca uma sociedade justa e inclusiva, independentemente de características pessoais ou grau hierárquico.

Além disso, o princípio da dignidade humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e tem sua previsão no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal. Assim, é fundamento basilar da República.

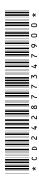
Sabemos que o militarismo é regido pelo princípio da hierarquia e discplina. Todavia, o valor da vida e da dignidade humana não é medido pelo grau hieráquico ou posição social.

Não podemos admitir que o crime de violência seja tratado de maneiras tão diferentes, fazer isto é deixar o inferior hierárquico mais suscetível de sofrer violência. Dessa forma, os atos de violência contra inferior devem ser punidos com rigor e qualificados na medida de sua gravidade.

A vida militar, a vida castrense, tem peculiaridades e a legislação penal militar precisa se adequar, as Leis devem se aperfeiçoar na medida em que a sociedade muda devendo se relacionar com o tempo e o contexto social, político ou moral da sociedade.

Diante do exposto, conclamamos os nobres Pares a aprovar esta proposição,





que visa à adequacação do Código Penal Militar às necessidades da vida castrense.

Sala das Sessões, em de de 2024

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB



